



**Ministério dos Povos Indígenas**  
**Conselho Nacional de Política Indigenista**

# **CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)**

**ATA da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista**

**Brasília, 12 de Dezembro de 2024.**

Brasília, 12 de dezembro de 2024.

## Reunião Extraordinária

Aos doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, de modo virtual, ocorreu a **1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

A reunião tratou da discussão e deliberação sobre as propostas de Resolução não apreciadas durante a 3º Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista, que ocorreu nos dias 04 e 05 de Dezembro de 2024.

A reunião contou com 40 participantes, entre membros Titulares e Suplentes, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de presença anexa a esta ata.

Abertura da Reunião pela mesa constituída por Dinamam Tuxá (APIB) e Secretário Inathan Gomes Santos (MPI).

DINAMAN TUXÁ/APIB contextualizou a convocação da Reunião Extraordinária para deliberação das propostas de Resoluções que não foram apreciadas ao final da 3ª Reunião Ordinária do CNPI.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI prosseguiu com a apresentação da pauta da reunião:

- Informes;
- Leitura de Resoluções e Aprovação;
- Apresentação do Ministério de Minas e Energia.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE informou que não consta proposta de Resolução do Ministério do Esporte na pauta. Sugeriu que fosse incluída na pauta para deliberação.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que a proposta não chegou a ser encaminhada na última reunião. Solicitou que fosse apresentada minuta para deliberação.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE informou que irá apresentar a minuta da proposta de Resolução.

WURIU MANCHINERI/COIAB sugeriu alteração do texto da Resolução CNPI nº 04.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou que a redação do texto da Resolução será discutida posteriormente.

Pauta aprovada pelo Plenário.

## INFORMES

INATHAN GOMES SANTOS/MPI realizou a leitura dos encaminhamentos da 3ª Reunião Ordinária do CNPI.

Destacou que as informações foram enviadas por meio de Ofício aos Conselheiros.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE informou que foi encaminhada a proposta de Resolução sobre esporte.

## LEITURA DE RESOLUÇÕES E APROVAÇÃO

DINAMAN TUXÁ/APIB anunciou a leitura e deliberação das propostas de Resolução elaboradas na 3ª Reunião Ordinária do CNPI.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI recapitulou as Resoluções aprovadas na 3ª Reunião Ordinária do CNPI. Questionou se seria necessário realizar a leitura das Resoluções novamente.

DINAMAM TUXÁ/APIB considerou que as Resoluções aprovadas poderiam ser disponibilizadas aos Conselheiros, não sendo necessária a leitura.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI segue com a **leitura da Resolução CNPI nº 3, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a adoção de medidas normativas e administrativas para instituir uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), e dá outras providências.**

DINAMAM TUXÁ/APIB certificou que já foi indicado no cabeçalho se tratar de Resolução do Pleno do Conselho. Explicou que a Resolução é assinada pela Ministra Sônia Guajajara enquanto Presidente do Conselho por determinação do regimento.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL questionou se haveria forma de mencionar que a demarcação poderia ser reconhecida como uma forma fundamental de reparação.

DINAMAM TUXÁ/APIB especificou que as recomendações da Comissão Nacional da Verdade não incluem demarcação, mas tratam de regularização, por isto não havia sido inserido inicialmente.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI destacou que regularização é mais abrangente que demarcação, pois inclui todos os procedimentos demarcatórios até o registro.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL expressou concordância com as observações.

Resolução **aprovada** pelo Plenário.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI segue com a **leitura da Resolução CNPI nº 04, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda ao Congresso Nacional brasileiro o arquivamento definitivo de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que busquem desconstruir os direitos fundamentais dos povos indígenas, e dá outras providências.**

Não houve manifestações.

Resolução **aprovada** pelo Plenário.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI segue com a **leitura da Resolução CNPI nº 05, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a incorporação da demarcação de terras indígenas e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) como eixo central para o alcance das metas climáticas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira, e dá outras providências.**

GIOVANA ACACIA TEMPESTA/CASA CIVIL sugeriu que fosse alterada a redação do art. 1º, considerando que as portarias declaratórias não são analisadas, mas enviadas pela FUNAI ao MJSP.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI mencionou que as portarias são aprovadas pela FUNAI também, e posteriormente declaradas pelo MJSP. Destacou que já foram publicadas 19 (dezenove) portarias declaratórias. Sugeriu que fosse alterada a redação para “aprovadas” ou “encaminhadas” pela FUNAI.

ESTELLA LIBARDI DE SOUZA/MJSP sugeriu que a redação fosse alterada para “encaminhadas pelo MPI e FUNAI ao MJSP”.

Resolução **aprovada** pelo Plenário.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI sugeriu que fosse indicado no cabeçalho se tratar de ato do Conselho para uniformizar, ao invés de descrever “o Pleno do Conselho [...]”.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI mencionou que esta menção ao Pleno no cabeçalho foi encaminhada em reunião, e afirmou que poderia ser deliberado o formato da uniformização.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI questionou se haveria alguma determinação específica no regimento interno. Sugeriu que fosse indicado apenas Resolução do “Conselho” e não do “Pleno”.

DINAMAM TUXÁ/APIB reforçou que outros Conselhos utilizam o mesmo formato de cabeçalho sugerida pela Presidente Joenia Wapichana.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL expressou apoio à correção sugerida.

GUTA indicou que não foi discutida a uniformização dos textos na última reunião. Recapitulou que na oportunidade da primeira resolução aprovada foi deliberada a menção do texto “Pleno do

Conselho” no cabeçalho. Sugeriu que fosse deliberada a alteração do cabeçalho apenas para as Resoluções seguintes, mantendo a redação adotada nas propostas anteriores.

DINAMAM TUXÁ/APIB concluiu que poderia ser mantida a redação “O Pleno do Conselho” no cabeçalho das Resoluções aprovadas anteriores, e que as Resoluções ainda a serem aprovadas mencionarão apenas “O Conselho” no início do cabeçalho.

Proposta aprovada pelo Plenário.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que foi apresentada proposta de moção pelo Conselheiro Agnaldo Pataxó.

DINAMAM TUXÁ/APIB questionou se a CONJUR foi consultada sobre a legalidade de apresentação de moções durante a reunião.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI apontou que a CONJUR ainda não foi consultada.

GUTA indicou que não há vedação no decreto.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI relatou que já acompanhou Conselhos que emitiram moções de apoio. Evidenciou que a moção se refere à proposta de mudança no nome do Parque do Descobrimento, apresentada pelo povo Pataxó à FUNAI e ao ICMBIO.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI verificou disposição do regimento que permite a aprovação de moções e prosseguiu com a leitura da Moção de Apoio à **proposta de renomeação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá**, apresentada pelo Conselheiro Agnaldo Pataxó.

SERGIO FREITAS/INSTITUTO CHICO MENDES relatou que esta Moção de Apoio contou com o apoio do Instituto Chico Mendes. Destacou que é a primeira iniciativa neste sentido. Apontou que está em andamento segunda tentativa administrativa para reforçar demanda de renomeação, visto que inicialmente a demanda não foi aprovada. Sugeriu que a demanda fosse encaminhada também pelo MPI e pela FUNAI para chegar à Presidência.

GIOVANA ACACIA TEMPESTA/CASA CIVIL sugeriu ajuste de forma para corrigir “em processo de Homologação” para “em processo de demarcação”.

ESTELLA LIBARDI DE SOUZA/MJSP informou que o processo em demarcação ainda está na FUNAI.

JUAREZ HUMBERTO FERREIRA/SECRETARIA-GERAL louvou a posição do ICMBIO sobre a Moção apresentada. Pontuou que a proposta de renomeação foi anotada pela Secretaria-Geral e expressou apoio e concordância à Moção.

GUTA questionou qual foi a justificativa para negativa do pedido de renomeação.

SERGIO FREITAS/INSTITUTO CHICO MENDES explicou que não houve justificativa expressa, mas a resposta indicou que não seria uma alteração pertinente. Mencionou que a resposta foi enviada pela Presidência da República.

DINAMAM TUXÁ/APIB sugeriu a realização de reunião com a Casa Civil após a aprovação da Moção para tratar do tema

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL destacou a importância da articulação da Ministra para solicitar a alteração.

DINAMAM TUXÁ/APIB indicou que a proposta de reunião junto à Casa Civil para apoiar a alteração do nome seria colocado como **encaminhamento da reunião**.

Moção de Apoio **aprovada** pelo Plenário.

Questionou a Conselheira Ana Elenara (Ministério do Esporte) se a minuta da proposta de Resolução estaria finalizada para deliberação.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE explicou que a proposta de Resolução não havia sido encaminhada formalmente na reunião anterior. Recapitulou principais pontos apresentados sobre o tema e questionou ao Pleno qual seria a melhor forma de encaminhar a proposta.

DINAMAM TUXÁ/APIB reconheceu a importância da pauta e sugeriu que a minuta de texto da proposta de Resolução fosse apresentada na próxima reunião do CNPI para deliberação.

JECINALDO CABRAL/MPI reforçou a proposta do Conselheiro Francisco Piyãko (Acre), acompanhada por outros Conselheiros, para recomendar política pública habitacional semelhante ao Programa Minha Casa Minha Vida e específica para os povos indígenas, a ser organizada em conjunto pelo Ministério das Cidades, a Caixa Econômica, a FUNAI, o MPI e demais ministérios.

Informou que em breve serão notificadas a disponibilidade de 2 (duas) vagas no CGEN e no Conselho do Fundo de Repartições do Ministério do Meio Ambiente. Apontou a necessidade de discussão estratégica da pauta.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME destacou o engessamento das políticas públicas que dificultam o acesso das associações indígenas aos programas ministeriais. Solicitou apoio jurídico para desburocratizar o acesso às políticas públicas. Mencionou exemplo de políticas do MDA e exigências relativas ao CAF. Expressou descontentamento com o limite de idade para inscrição e participação no curso de inglês oferecido pelo MPI.

LARA CARACCILO AMORELLI/MDR questionou se a valorização das experiências seria suficiente para garantir o cumprimento dos objetivos da Resolução proposta pelo Ministério do Esporte.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/MINISTÉRIO DO ESPORTE reforçou que o objetivo é ir além da valorização, garantindo a implantação e democratização das políticas públicas. Destacou preocupação com a burocratização de acesso à pauta, e por isso sugeriu a discussão no âmbito do Conselho.

DINAMAM TUXÁ/APIB sugeriu que fosse indicado como encaminhamentos a elaboração de Resoluções sobre esporte e sobre a Política Nacional de Habitação Rural. Questionou ao Jecinaldo (MPI) sobre quais são as regras de participação no CGEN para discussão da participação na próxima reunião.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI registrou os encaminhamentos para a ata e convocou representante do Ministério de Minas e Energia para apresentação do Fundo Nacional de Transição Energética.

JECINALDO CABRAL/MPI sugeriu convocatória de reunião com a APIB e os movimentos de base na próxima semana para tratar das indicações ao CGEN e apresentar como está sendo a definição do espaço indígena no âmbito do CGEN e do Fundo.

## APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ALEXANDRE MARIO DE FREITAS/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA relatou a aprovação da Política Nacional de Transição Energética, que possui 2 instrumentos: i) Plano Nacional de Transição Energética; e ii) Fórum Nacional de Transição Energética.

Destacou que o Fórum será tripartite, sendo reservados 29 assentos para representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais. Pontuou que foi reservada 1 vaga para participação do movimento indígena. Informou que a Ministra solicitou indicação de representante pelo CNPI.

Mencionou que o edital de composição das vagas da sociedade civil deve ser lançado ainda em dezembro. Destacou que apenas a vaga para representação indígena será determinada por indicação do CNPI, sendo que as demais vagas serão dispostas por processo seletivo.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI questionou até quando será possível definir a indicação.

ALEXANDRE MARIO DE FREITAS/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA solicitou que a indicação fosse realizada até fevereiro/março.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que será seguido o mesmo modelo para definir a indicação por meio de discussão no Plenário. Caso não seja possível, a indicação será definida junto aos movimentos indígenas.

Assumiu a presidência da Reunião, após Dinamam Tuxá (APIB) se ausentar para outro compromisso.

Pontuou ser necessário deliberar a data da próxima reunião. Destacou que Dinamam Tuxá (APIB) sugeriu a realização de reunião antes do Acampamento Terra Livre.

MISLENE/FUNAI registrou a necessidade de discussão sobre a **criação dos Comitês Regionais da FUNAI extintos em 2022. Sugeriu que fosse incluído como ponto de pauta da próxima reunião.**

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL propôs a elaboração de calendário anual para 2025, com o planejamento das reuniões em março, junho e novembro.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou que o decreto prevê a realização de reuniões a cada 4 meses. Sendo assim, seria possível agendar reunião a partir dos dias 04 e 05 de abril de 2025. Considerando a realização do ATL, Dinamam Tuxá (APIB) propôs a realização de reunião uma semana antes do ATL.

TAYSE POTIGUARA/APOINME pontuou que a antecedência de uma semana do ATL ainda não cumpriria o prazo de 4 meses para a próxima reunião. Ponderou que, caso não seja possível antecipar a reunião para a primeira quinzena de março, também não seria possível antecipar para uma semana antes do ATL, considerando as disposições do regimento.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou dificuldade de organização da reunião em março devido a disponibilidade de orçamento.

JUNIOR WASSU apontou a maior dificuldade de participação da reunião e mobilizações do ATL durante 2 semanas. Sugeriu que as reuniões fossem iniciadas em maio.

LINDOMAR XOCÓ/APOINME enfatizou a necessidade de agendar a reunião uma semana antes do ATL, considerando a importância da prestação de contas e encaminhamentos durante o ATL.

JECINALDO CABRAL/MPI pontuou a possibilidade de realizar a reunião nos meses de abril, agosto e dezembro, considerando as disposições do decreto e do regimento, e ponderando as necessidades de adaptação. Destacou as observações dos Conselheiros sobre a dificuldade em permanecer 2 semanas em Brasília, mas também ressaltou a importância da participação das lideranças no ATL.

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA/PIAUÍ sugeriu que a reunião fosse adiada para maio, possibilitando a participação dos delegados na reunião. Destacou a importância de GTs para abordar a situação de Estados específicos, como o Piauí, o Rio Grande do Sul.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL perguntou sobre as datas específicas do ATL.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI informou que o ATL está programado para os dias 07 a 11 de abril de 2025. Sugeriu a realização da reunião na última semana de abril, entre 21 e 25 de abril.

SÉRGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL mencionou que iria sugerir a mesma data. Mencionou, ainda, prováveis datas em agosto e dezembro.



INATHAN GOMES SANTOS/MPI destacou possibilidade de realização de reunião na COP30 em Belém. Informou que o Ministério irá verificar formato e se será reunião ordinária ou extraordinária. Pontuou, ainda, a existência de muitos feriados em abril que devem ser considerados.

SANDRO LUCKMANN/FLD-COMIN pontuou que dia 21 de abril é feriado.

TAYSE POTIGUARA/APOINME sugeriu verificar a disponibilidade de espaço na segunda-feira, dia 21 de abril. Propôs também que a reunião fosse realizada entre os dias 22 e 26 de abril, com o retorno das delegações no sábado. Sendo assim, a reunião da bancada indígena ficaria para o dia 22 de abril, a reunião das CTS ficaria para o dia 23 de abril, e a reunião do Pleno do CNPI ficaria para 24 e 25 de abril.

INATHAN GOMES SANTOS/MPI endossou a proposta. Pontuou então que a 1ª Reunião Ordinária do CNPI de 2025 seria prevista para os dias 24 e 25 de abril de 2025.

Proposta aprovada pelo Plenário.

Informou que serão encaminhadas aos Conselheiros todas as informações sobre a reunião via ofício. Mencionou que a ata e o resumo executivo da reunião também serão disponibilizados no site do MPI e enviados aos Conselheiros.

Data da próxima reunião: **22 a 26 de abril.**

Encerrada a 1ª Reunião Extraordinária do CNPI.

## ENCAMINHAMENTOS E ACORDOS

### Ata

- Reunião junto à Casa Civil e à Presidência da República para tratar da proposta de renomeação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá.
- Discussão e deliberação das propostas de Resolução do Ministério do Esporte e da Política Nacional de Habitação Rural para povos indígenas.
- Discussão sobre a retomada dos Comitês Regionais da FUNAI extintos em 2022.

### Resoluções [Publicar no DOU segundo art. 17 do Regimento e no site do MPI]:

- Resolução CNPI nº 3, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a adoção de medidas normativas e administrativas para instituir uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), e dá outras providências.
- Resolução CNPI nº 04, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda ao Congresso Nacional brasileiro o arquivamento definitivo de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que busquem desconstruir os direitos fundamentais dos povos indígenas, e dá outras providências.
- Resolução CNPI nº 05, de 12 de dezembro de 2024. Recomenda à União a incorporação da demarcação de terras indígenas e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de

Terras Indígenas (PNGATI) como eixo central para o alcance das metas climáticas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira, e dá outras providências.

### **Moção de Apoio**

- Moção de Apoio à proposta de renomeação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá.

### **SUGESTÃO DE PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

- Leitura e deliberação da proposta de Resolução do Ministério do Esporte;
- Leitura e deliberação da proposta de Resolução sobre a elaboração de uma nova Política Nacional de Habitação Rural para povos indígenas;
- Discussão sobre a retomada dos Comitês Regionais da FUNAI extintos em 2022.